

Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos *The woman's work in Brazil in the last 40 years*

Raquel Quirino⁴⁸

Artigo recebido em para publicação em set/2012 e aceito para publicação em nov/2012.

Resumo

Tendo como referências as estatísticas das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD e as Pesquisas Mensais de Emprego – PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e alguns dados do Ministério da Educação – MEC e os estudos de algumas autores/as Bruschini e Lombardi, 2008; Bruschini, Lombardi e Unbehaum, 2006; Tossato, 2009; Lombardi, 2010, entre outros/as, este artigo traça um panorama evolutivo da mulher no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 1970 até os dias atuais. Evidenciam-se mudanças e deslocamentos, permanências e continuidades na situação da mulher no mundo do trabalho. Destacam-se a maior escolaridade feminina, a redução das diferenças salariais entre as mulheres e os homens, o elevado número de domicílios chefiados por mulheres, entre outros aspectos.

Palavras-Chave: Trabalho da mulher. Mercado de Trabalho Feminino. Mulher no mundo do Trabalho.

Abstract

Based on statistics data from Government Research (PNAD and PME from IBGE); on Annual Relationship of Social Information (RAIS/MTE); data from Educational Agency (MEC) and some studies coming from Bruschini & Lombardi, 2008; Bruschini, Lombardi and Unbehaum, 2006; Tossato, 2009; Lombardi, 2010, among others, this article give us one evolutionary overview of woman and the Brazilian market jobs since 1970 till now. It is easy to see changes and replacement, permanent and unchangeable conditions of woman situation in the world of jobs in Brazil. On relief we can consider one up grade on woman school age, one reduction in salary differences between female and male and one high number of homes that are supported by woman among others aspects.

Keywords: *Women's work. Female work market. Woman in the world of work.*

⁴⁸ **Raquel Quirino** é Doutora e Pós-doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora Visitante da Faculdade de Educação da mesma universidade. e-mail: quirinoraquel@hotmail.com

Introdução

A grande mudança que afetou a classe operária, e também a maioria dos outros setores das sociedades desenvolvidas no “Breve Século XX”, conforme Eric Hobsbawm (2002, p. 304-313), foi o papel impressionante desempenhado pelas mulheres; sobretudo, as mulheres casadas. A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas, em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado e essas ocupações terciárias se expandiram à custa dos setores primários e secundários, agricultura e indústria. Nos velhos países industriais as indústrias de trabalho intensivo em que as mulheres costumeiramente se concentravam como as de tecidos e de roupas, se achavam em declínio e o mesmo acontecia com as indústrias pesadas e mecânicas, com sua composição esmagadoramente masculina.

Somadas as duas principais mudanças - a entrada em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho e a expansão da educação superior - tem-se o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, do impressionante movimento da “feminização do mundo do trabalho”. (NOGUEIRA, 2004).

Sem a pretensão de desenvolver uma discussão exaustiva da temática, este artigo trata das questões da evolução da mulher no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 40 anos. Procura-se atualizar um panorama evolutivo do trabalho e da ocupação das brasileiras nas últimas quatro décadas e, à luz das análises produzidas pela bibliografia consultada e das estatísticas disponíveis, evidenciar e compreender as principais transformações pelas quais passaram as trabalhadoras brasileiras.

A força de trabalho feminina no Brasil

De acordo com o Censo Demográfico 2000, havia no Brasil um contingente de 86.223.155 mulheres. Em números absolutos havia mais 2.647.140 mulheres do que homens. Os resultados parciais do Censo de 2010 revelam que este cenário continua o mesmo, pois 51,04% da população brasileira é formada por mulheres, sendo 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens totalizando 3.951.630 mulheres a mais do que homens. Nas últimas três décadas, a proporção de homens vem se reduzindo muito discretamente. Se em 1980 havia 98,7 homens para cada 100 mulheres, em 1991 essa proporção caiu para 97,5; 96,9 em 2000 e em 2009 havia, para cada 100 mulheres, 94,8 homens. Em relação à População em Idade Ativa – PIA e a População Economicamente Ativa – PEA as mulheres também continuam a ser maioria na população brasileira.

A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Dados do IBGE apontam um acréscimo de mais de 10 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2010.

A Fundação Carlos Chagas (2007), ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil no último quarto de século verifica o vigor e a persistência do seu crescimento. Nos últimos 40 anos as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da PEA. Enquanto as taxas de atividade⁴⁹ masculina mantiveram-se em patamares semelhantes, entre 73 e 76% em praticamente todo o período, as das mulheres se ampliaram significativamente. Se em 1976, 29% das mulheres trabalhavam, adentramos 2010 com 46,2% delas trabalhando ou procurando emprego (ou seja, a PEA, que inclui para o IBGE, os/as ocupados/as e os/as que estão á procura de trabalho). Entre as mais de 10 milhões de brasileiras economicamente ativas, mais de 90% delas estavam em franca atividade em 2010, desempenhando um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa do Brasil.

Anos	PIA / PEA				Ocupadas			Desocupadas	
	PIA Milhões	% na PIA	PEA Milhões	% na PEA	Milhões	Taxa Atividade	% entre os ocupados	Milhões	% entre os desocupados
2002	19.319	53,1	8.820	48,78	7.592	45,6	42,7	1.228	52,4
2004	20.032	53,2	9.668	44,91	8.275	48,3	43,4	1.393	56,3
2006	20.766	53,3	10.000	41,10	8.777	48,2	44,0	1.223	55,3
2008	21.562	53,6	10.488	45,73	9.435	48,6	44,7	1.053	60,1
2010	22.257	53,8	10.910	46,20	9.984	49,0	45,3	929	58,4

Tabela 1 - Mulheres no mercado de trabalho: Indicadores de participação econômica Brasil - 2002 a 2010

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm> Acesso em 04 abr. 2011.

Indicadores para o Brasil revelam que, no período de 1976 a 2010, a população economicamente ativa feminina passou de 11,4 milhões para 22,4 milhões, a taxa de atividade aumentou de 28,8% para 49,0 e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 30,3% para 45,3%. Isto significa que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhava em 2010 e que mais de quarenta e cinco em cada cem trabalhadores era do sexo feminino na mesma data. (IBGE, 2010).

Embora as mulheres sejam maioria na população em idade ativa em dezembro de 2010 (53,8%) e representar 46,2% da população economicamente ativa, elas são minoria na população ocupada (45,5%),

⁴⁹ Relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). A PEA traduz a oferta de trabalho efetiva, ou seja, o conjunto de indivíduos que trabalham e/ou está à procura sistemática de trabalho. A PIA, por sua vez, reflete a oferta potencial de trabalho, na medida em que considera toda a população com idade superior a dez anos.

mas estão em maioria entre os desocupados (58,4%). Acrescenta-se ainda, que elas são maioria também na população não economicamente ativa.

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro

Segundo o IBGE, na década de 1970, 69,3% das trabalhadoras concentravam-se no mercado de trabalho no setor terciário, 38,8% no setor de serviços, 16,1% em atividades sociais, 9,9% na indústria de transformação, 6% no comércio, 2,6% na administração pública, 0,4% nas indústrias da construção e outras atividades industriais e 4,9% em outros ramos de atividades.

No ramo industrial, especificamente, a distribuição das mulheres nos setores de produção concentrava-se, principalmente, nos setores alimentício e têxtil e, em cada dez trabalhadoras qualificadas na indústria, oito ocupavam cargos em áreas administrativas, uma na produção e uma em serviços de saúde e assistência. Nas áreas de produção, os setores industriais que mais empregavam mulheres eram o farmacêutico e químico (respectivamente 22,8% e 18,9%) e os que menos utilizavam o trabalho feminino na produção eram os setores metalúrgico, mecânico, elétrico e de transporte – áreas tradicionalmente masculinas. (IBGE, 1970).

Porém,

em meados da década de 1970, há uma revitalização do setor industrial metalmecânico e de materiais elétricos, incorporando novos elementos aos seus produtos finais, incrementos estes que contaram com a incorporação do trabalho feminino em setores predominantemente masculinos da produção, como a metalurgia. (TOSSATO, 2008, p. 291-292).

Para Bruschini e Lombardi (2003, p. 346) a partir das décadas de 1980 e 1990, a estrutura ocupacional feminina se caracterizava de modo geral, por dois segmentos diferenciados em termos de qualificação, prestígio e, conseqüentemente, remuneração, tais como: ocupações em serviços administrativos e em serviços de turismo, serventia, higiene, beleza e auxílio à saúde. Essas áreas representavam 50% dos empregos femininos com carteira assinada. De outro lado, as ocupações de nível superior nas áreas jurídica, do ensino e das artes, responsáveis pela oferta de 18% dos empregos femininos.

Mas, segundo as autoras, no contraponto das ocupações precárias, mulheres instruídas, além de continuar marcando presença em tradicionais “guetos” femininos, como o magistério e a enfermagem, têm adentrado também áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e até mesmo a engenharia, tradicional reduto masculino. Esta poderia ser considerada uma das faces do progresso alcançado pelas mulheres, no que tange à sua participação no mercado de trabalho.

Ainda que os postos de trabalho para essas profissionais tenham pequena significação numérica no conjunto dos empregos de ambos os sexos, o que importa aqui é a crescente participação feminina nesses nichos, ampliando as possibilidades de uma inserção qualificada no mercado de trabalho. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 346)

Os dados da média das estimativas mensais da PME de 2009 mostram as formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Aproximadamente 35,5% das trabalhadoras estão inseridas como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondem a 30,9%. Entre os homens este percentual era de 40%. O percentual de mulheres inseridas como empregadores era de 3,6% enquanto na distribuição masculina era 7,0%.

Entre as mulheres jovens, de 16 a 24 anos de idade, 69,2% estão em trabalhos informais. Outro grupo etário em que a participação é elevada é o das mulheres de 60 anos ou mais, cuja proporção é de 82,2%. A alta participação desses dois segmentos etários em trabalhos informais pode estar relacionada com a baixa escolaridade. Também pode estar relacionada, no caso das mais jovens, com a dificuldade de acesso a um primeiro trabalho formal onde possam conciliar emprego e estudo e, no caso das mais idosas, com o retorno de aposentadas e pensionistas ao mercado de trabalho, especialmente, em trabalhos informais.

Tal como na população ocupada, as mulheres são também minoria dentre os trabalhadores contribuintes da previdência social, representando apenas 43,9% dos contribuintes em 2010. Embora em relação a 2003 tenham apresentado crescimento da participação entre os ocupados contribuintes em comparação aos homens (nesses 8 anos, elas passaram de 42,1% para 43,9%, enquanto os homens, de 57,9% para 56,1%), o trabalho informal, sem as garantias do Estado, ainda faz parte da vida da mulher trabalhadora brasileira.

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (MTE, 2009, p.8), aponta que a evolução do emprego segundo a variável gênero apresentou um aumento de 5,34% no “estoque da mão de obra feminina”, evidenciando uma vantagem comparativa em relação à elevação do contingente de trabalhadores do gênero masculino (+3,87%). Esse resultado traduz-se no aumento da participação da mulher no mercado de trabalho formal, de 41,1% em 2008 para 41,4% em 2009, dando seqüência à trajetória de elevação da representatividade da força de trabalho feminina nos últimos anos.

Área	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria	13.8	14.8	14.7	14.4	13.9	13.1	13.7	13.6	13.0
Construção	1.0	0.9	0.7	0.7	0.7	0.7	0.8	1.0	0.8
Comércio	18.2	18.9	18.3	17.7	18.3	18.4	18.3	18.0	17.9
Serviços	11.5	10.9	11.7	12.5	12.5	12.7	13.3	13.1	13.5
Educação	23.3	22.4	21.4	21.8	21.3	22.0	22.7	21.9	23.5
Serviços domésticos	17.6	16.4	17.6	17.4	17.4	16.8	15.3	16.1	14.9
Outros serviços	14.6	15.7	15.6	15.5	15.9	17.0	15.9	16.3	16.4

Tabela 2 - Distribuição (em %) das mulheres ocupadas por áreas - Brasil 2002 a 2010
Fonte: IBGE. PME. Média dos meses. Adaptado pela autora. 2011.

Observa-se, pelas estatísticas oficiais do IBGE de 2002 a 2010, que a maior concentração da força de trabalho feminina esteve, em sua maioria, concentrada nas áreas de Educação, seguida do Comércio.

A escolaridade das mulheres brasileiras no mercado de trabalho

No Brasil, ao longo do século XX e nos dez primeiros anos do século XXI, o acesso à escola foi sendo ampliado para os diferentes grupos populacionais antes excluídos do processo educacional formal. Com isto, as mulheres passaram a ter a oportunidade de estudar, o que hoje em dia se reflete na maior positividade dos indicadores educacionais, nos quais as mulheres vêm superando os homens.

De 1995 a 2010 as mulheres passaram da média de 5,3 para 7,4 anos de estudo, enquanto os homens passaram de 5 para 7 anos e, 40,63% das trabalhadoras tinham mais de 11 anos de estudo contra 35,2% dos trabalhadores. Entre a população ocupada e residente nas áreas urbanas, a diferença entre homens e mulheres se amplifica: enquanto os primeiros possuíam, em 2010, uma média de 8,3 anos de estudo, as mulheres ocupadas chegaram a 9,2, ultrapassando o nível fundamental de ensino (cuja duração foi definida, a partir de 2006, como sendo de 9 anos). (IBGE, 2010).

As mulheres são mais escolarizadas do que os homens e também apresentam taxas de analfabetismo inferiores: em 2008, 9,8% das mulheres com 15 anos ou mais eram analfabetas e 20,5% consideradas analfabetas funcionais. Entre os homens, esses percentuais eram de 10,2% e 21,6%, respectivamente. Em 2010, no entanto esse quadro se inverteu: a taxa de analfabetismo funcional dos homens em idade ativa no Brasil era de 20,9 % e das mulheres 19,8%.

Surpreendentemente, é nas regiões consideradas menos desenvolvidas que as mulheres são dotadas de maior nível de alfabetização que os homens. A maior vantagem feminina está no Nordeste, onde 16,1% das mulheres com mais de 15 anos eram analfabetas, contra 19,3% dos homens na mesma faixa etária. Este fenômeno pode estar relacionado aos processos migratórios mais intensos entre os homens com maior escolaridade, das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas.

De 2003 a 2010, a população feminina em idade ativa com 11 anos ou mais de estudo passou de 51,69% para mais de 60% e aquelas sem instrução ou com menos de um ano de estudo caiu para pouco mais de 1%. Também a proporção de mulheres de 25 a 64 anos de idade que freqüentam a escola (6,6%) é maior do que a dos homens (4,8).

A defasagem e a evasão escolar também são menos frequentes entre as mulheres, fazendo com que a distorção idade-série seja menor para elas do que para eles. Assim, enquanto 44% dos meninos de 15 a 17 anos estavam frequentando o nível de ensino adequado para sua idade

(ensino médio), essa proporção era bem superior entre as meninas (56,8%). Contribuem para conformar esse quadro os valores e convenções de gênero que acabam por estimular mais os meninos a abandonarem os estudos para trabalhar e auxiliar no sustento familiar, enquanto às meninas cabe o trabalho doméstico que, teoricamente, pode ser mais facilmente conciliado com as atividades escolares. (BANDEIRA, MELO e PINHEIRO, 2010).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a educação superior brasileira é predominantemente feminina. Entre os aspectos selecionados pelo censo do ensino superior, tanto os cursos na modalidade presencial quanto à distância, apresentam em comum a predominância de alunas do sexo feminino. Na graduação presencial, as mulheres correspondem a 51,5 % do número total de matrículas e 58,8% do número total de concluintes. Já na modalidade da Educação à Distância - EaD, 69,2% das matrículas e 76,2 % dos concluintes são do sexo feminino.

A expansão da escolaridade, a que as brasileiras têm cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso e ascensão das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres trabalhadoras têm uma escolaridade muito superior à dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 20). Isso significa que as mulheres tendem a se qualificar ainda mais para entrarem no mercado de trabalho, o que não se reverte em salários mais elevados ou em ocupações mais qualificadas que as masculinas, assim como não significa a desobrigação das responsabilidades domésticas e dos cuidados.

Cabe ressaltar que, no ano de 2009, no caso do ensino médio completo, a taxa de crescimento do emprego para os homens (+9,07%) superou a verificada para as mulheres (+7,77%). Entretanto, no nível superior completo, o percentual de aumento para os vínculos empregatícios femininos (+7,65%) foi maior que o obtido para os vínculos masculinos (+7,38%). É importante registrar que, nesse nível de instrução, o contingente de mão-de-obra feminina supera o contingente de mão-de-obra masculina (3,97 milhões e 2,769 milhões, respectivamente). No nível superior incompleto, verifica-se também, mas em menor medida, que o número de mulheres (912,5 mil postos) no mercado de trabalho formal situa-se num patamar superior ao registrado para os homens (845,7 mil postos).

Esses resultados revelam uma maior inserção das mulheres com nível de escolaridade mais elevado, corroborando os estudos de Bruschini e Lombardi (2003 e 2008), que também apontam nesse sentido. Verifica-se que nos postos de trabalho com ensino médio completo (incluindo o ensino técnico) o percentual de mulheres no total de trabalhadores empregados é de 44,7% e com ensino superior mais da metade – 58,9% são mulheres.

Constata-se também que a escolaridade elevada tem impacto considerável sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mais instruídas são mais elevadas do que as taxas gerais de atividade.

As informações do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, de 2009, tomando como referência o grau de instrução mostram uma queda na geração de empregos para os níveis com menor grau de escolaridade, até o ensino fundamental incompleto, para ambos os gêneros, e um aumento dos vínculos empregatícios para todos os níveis de instrução a partir do ensino fundamental completo.

Grau de instrução	Masculino	Feminino	Total	% Feminino
Analfabeto	185.430	42.774	228.204	18,7
4ª série do Ensino Fundamental	1.508.254	536.390	2.044.644	26,2
8ª série do Ensino Fundamental	3.878.520	1.821.758	5.700.278	31,9
Ensino Médio Completo	9.117.654	7.385.220	16.502.874	44,7
Superior Completo	2.763.724	3.970.358	6.734.082	58,9

Tabela 3 - Número de empregos formais segundo gênero e grau de instrução - Brasil 2009

Fonte: MTE. RAIS/2009. Adaptado pela autora. 2011.

A remuneração da trabalhadora brasileira

Para Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008) o nível de ganho dos brasileiros é reconhecidamente baixo, e as brasileiras – como as trabalhadoras em todo o mundo – ganham menos ainda do que os homens.

A PNAD revela que em 2008 a jornada de trabalho delas era de 40 horas semanais em média, e recebiam, habitualmente, R\$ 802,00 por mês. Esse rendimento correspondia a 71,0% do rendimento dos homens. Observa-se ainda que as diferenças entre os rendimentos de homens e de mulheres eram maiores entre os mais escolarizados. A remuneração das mulheres com curso superior era, em média, 40% inferior a dos homens.

Segundo a PME⁵⁰ mesmo com maior escolaridade, as mulheres têm rendimento médio inferior ao dos homens. Em 2009, o total de mulheres ocupadas recebia R\$ 1.029,60, cerca de 72,0 % do rendimento médio dos homens ocupados (R\$ 1.430,00). No mercado formal essa razão chega a 74,6%, enquanto no mercado informal o diferencial entre o rendimento de homens e mulheres é ainda maior: as mulheres no mercado informal recebem somente 63,2% do rendimento médio dos homens. Este diferencial no rendimento está certamente relacionado com a maior qualificação das pessoas no trabalho formal e com a média de horas trabalhadas, que é inferior para as mulheres em trabalhos informais.

⁵⁰ Pela nova metodologia da PME iniciada a partir de 2002 só é investigado o rendimento proveniente de trabalho, portanto, não estão arrolados nestes dados rendimentos provenientes de outras fontes.

No entanto, para Bandeira, Melo e Pinheiro (2010, p. 114), é possível afirmar que há uma tendência contínua de redução do hiato salarial entre homens e mulheres na economia brasileira. Para as autoras, no caso brasileiro, a partir de 2003, observa-se uma alteração na trajetória de queda dos rendimentos do trabalho, provavelmente devido à política de valorização do salário mínimo e às políticas sociais de transferência de renda implementadas pelo governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Assim, enquanto para o período 2001 a 2004 houve uma queda de 19,2% nos rendimentos femininos, entre 2004 e 2008 verifica-se um crescimento de 14,6% dos rendimentos reais femininos e de 12,4% dos masculinos.

A crise econômica de 2008 afetou os salários de todos os trabalhadores em geral, mas as mulheres foram mais afetadas do que os homens. Enquanto as perdas salariais deles foram de 2,74 % de 2007 para 2008, as perdas das mulheres foram em torno de 3, 5%, de R\$ 831,00 para R\$ 802,00 e os homens de R\$ 1.161,00 para R\$ 1.130,00.

Em 2010, comparando a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se uma diminuição do espaço de desigualdade salarial: as mulheres ganharam em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens

Se comparados os aumentos dos rendimentos de homens e mulheres no período de 2008 a 2010, observa-se que os ganhos das mulheres continuam crescendo em relação aos dos homens. Se para as mulheres houve um crescimento de 53,6 % nos rendimentos, para os homens esse percentual foi de apenas 50,7.

A proporção dos rendimentos médios das mulheres em relação ao dos homens, por grupos de anos de estudo, mostra que, em 2009, as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade. Nas outras faixas de escolaridade, a razão é um pouco mais alta (61%). Uma possível explicação para isso é que, para o grupo com escolaridade mais elevada, a formação profissional das mulheres ainda se insere nos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizados no mercado de trabalho. Outro aspecto relevante para a compreensão do diferencial de rendimento entre homens e mulheres é o número de horas trabalhadas na jornada semanal. Enquanto a média, em 2009, para as mulheres foi de 36,5 horas semanais (em todos os trabalhos), para os homens foi de 43,9 horas. Além disso, percebe-se que, de 1999 a 2009, as disparidades pouco se reduziram.

Anos	Anos de Estudo			Total
	Até 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais	
2001	58,0	56,0	54,0	69,0
2004	59,0	58,0	55,0	70,0
2009	61,0	61,0	58,0	71,0

Tabela 4 - Percentual de rendimento médio das mulheres ocupadas, em relação ao rendimento médio dos homens, segundo os grupos de anos de estudo
Fonte: IBGE, PNAD. 1999/2009. Adaptado pela autora, 2011.

Observa-se uma crescente redução do hiato salarial existente entre trabalhadores e trabalhadoras nos últimos anos assim como a incorporação cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho e a elevação do seu nível de escolaridade a patamares superiores aos dos homens. Baseando-se na tese na qual a “feminização” do mundo do trabalho leva pouco a pouco a uma precarização de toda a classe trabalhadora em geral, pode-se questionar se a tendência atual é, de fato, o aumento dos rendimentos reais das mulheres ou uma redução acentuada dos salários dos homens.

Como lembra Cecília Toledo, referindo-se às análises de Marx em *O Capital*:

o capital se aproveita, sobretudo, da abundância de mão de obra disponível. (...) A substituição cada vez mais intensa do trabalho masculino pelo trabalho feminino aumentou muito o número de operários, e o capital conseguiu reduzir o nível salarial de todos eles. (TOLEDO, 2008, p. 39)

Dessa forma o capitalismo usa a divisão sexual e as diferenças de gênero no mundo do trabalho para estimular a competição entre os/as trabalhadores/as, baixar o nível de salários ou não lhes dar os rendimentos devidos. A mulher é sinônimo de trabalho barato, e, como lembra Marx, embora teoricamente o valor da força de trabalho seja, em média, o mesmo para todos os trabalhadores, na prática a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca.

Conclusão

As mulheres brasileiras, cada vez mais, se constituem em força política e produtiva atuante, mas como residem em um país marcado pela desigualdade na distribuição da renda, formam um dos grupos demográficos mais atingidos pelo revés proporcionado por este contexto.

Quando o contexto é o mercado de trabalho, a maioria dos indicadores apresentados pelo IBGE mostra a mulher em condição menos adequada que a dos homens. Entretanto, estas estatísticas não são explicadas pela escolaridade, visto que, neste cenário, elas ocupam posição de destaque. Em todos os países desenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial, outro fenômeno marcante do século foi o número crescente das mulheres na educação superior, considerada porta de acesso às profissões liberais. Algo que se repete no Brasil nos dias atuais no qual mais 60 % das mulheres em idade ativa tem 11 anos ou mais de estudo.

Entre as causas para o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, apontam-se: o aumento da escolaridade feminina, a queda da fecundidade, novas oportunidades oferecidas pelo mercado devido ao desenvolvimento tecnológico e aos novos modelos de organização e gestão da força de trabalho e, finalmente, as mudanças nos padrões culturais, que alteraram os valores relativos aos papéis de homens e mulheres na sociedade.

Não obstante o crescimento da taxa de participação da mulher no trabalho assalariado, por outro lado permanece a responsabilidade pelas

atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais parentes, dando continuidade aos modelos familiares tradicionais, provocando sobrecarga para as novas trabalhadoras, que têm o seu “trabalho duplicado”. (NOGUEIRA, 2006).

O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é culturalmente percebido como atividade das mulheres, associado a atributos de cuidado, abnegação e reprodução, que compõem estereótipos de um determinado modelo de feminilidade vigente no país. Em sendo, portanto, uma atividade de responsabilidade “natural” das mulheres, restrita à esfera do doméstico, não tem o seu valor econômico nem social reconhecido, o que o torna desprestigiado e desvalorizado.

Apesar da importância em termos numéricos (já representarem mais de 50% da população – como mostram os dados mais recentes do IBGE), da maior escolaridade e da crescente inserção no mercado de trabalho, as mulheres brasileiras além de receberem salários inferiores aos dos homens, desempenharem atividades de menor status social, ainda têm uma expressão consideravelmente menor que a dos homens em cargos de prestígio e poder, seja na esfera política, seja à frente a grandes organizações e até mesmo na mídia.

Todavia, mesmo com o contínuo crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, o destaque da mulher na área de educação e o seu conseqüente acesso a ocupações e profissões antes consideradas masculinas e de maior prestígio, com base nas estatísticas oficiais mostradas, constata-se a participação das mulheres nos espaços de trabalho, poder e decisão continua sendo um desafio para a sociedade brasileira.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. MELO, Hildete Pereira de. PINHEIRO, Luana Simões. Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Edição Especial. Tema: autonomia econômica, empoderamento, e inserção das mulheres no mercado de trabalho. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, jul. 2010.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego – Relatório Anual de Informações Sociais 2008/2009/2010**. Disponível em <<http://www.mte.org.br/htm>>. Acesso em 10 abr. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2008/2009/2010**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego** – PME, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em abr. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em abr. 2011.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena e SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa e UNBEHAUM Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. **O Progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Unifem/Fundação Ford/Cepia, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. RICOLDI, Arlene Martinez. MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira. SORJ, Bila. BRUSCHINI, Cristina. HIRATA, Helena (orgs.) **Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres no mercado de trabalho: grandes números. In: **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres - trabalho feminino: séries históricas**, 1998. Disponível em <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html> Acesso em 10 set. 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos** – O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. 2ª. edição.

LOMBARDI, Maria Rosa. A Persistência da Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho. In: COSTA, Albertina et. al. (orgs.). **Divisão Sexual do Trabalho e Crise do Capitalismo**. Recife: SOS Corpo, 2010.

NOGUEIRA, Cláudia M. **A feminização do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TOSSATO, Ana. Mulheres no ascenso operário de 1978 a 1980. In: D'ATRI, Andréa e ASSUNÇÃO, Diana. (org.). **Lutadoras**: histórias de mulheres que fizeram história. São Paulo: Edições Iskra, 2009.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2008. 2ª. Edição.